

VOLUME II
AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

PARTE A
CARACTERIZAÇÃO

ÍNDICE

1.	RECURSOS FÍSICOS.....	3
1.1.	Solos	3
1.2.	Recursos hídricos de superfície	8
1.3.	Infra-estruturas hidráulicas	12
2.	RECURSOS HUMANOS E INSTITUIÇÕES.....	16
2.1.	População activa agrícola	16
2.2.	Associações Socio-económicas e Cooperativas	23
2.3.	Associações Sócio-profissionais	26
3.	ESTRUTURA FUNDIÁRIA E ACTIVIDADES PRODUTIVAS	29
3.1.	Estrutura Fundiária	29
3.2.	Agricultura.....	33
3.3.	Pecuária	40
3.4.	Floresta	44
4.	AGRO – INDÚSTRIA	48

Introdução

A caracterização agronómica do concelho de Beja far-se-á atendendo aos referenciais explícitos nos objectivos aprovados para a Revisão do PDM, mais especificamente os respeitantes à **Promoção e ordenamento sustentável do espaço rural** e a **Potenciar o aproveitamento do EFM Alqueva**.

A caracterização far-se-á centrada numa perspectiva de planeamento, esbatendo-se então o esquema de uma abordagem agronómica mais tradicional, mais restrita, focada no sector agrícola.

A caracterização da situação actual do concelho constitui o objectivo central da elaboração do relatório, no entanto, nos capítulos respeitantes às Infra-estruturas Hídricas, aos Recursos Hídricos de Superfície e à Agricultura, é inevitável ter uma perspectiva de mudança, tendo em conta as profundas alterações previstas no curto prazo decorrentes dos projectos a implementar no âmbito do Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva e na alteração da PAC de 2003.

1. RECURSOS FÍSICOS

1.1. Solos

O conceito de mobilidade da terra engloba toda e qualquer mudança que acarrete alteração na situação, na afectação, das superfícies. Distinguem-se três tipos de mobilidade, a modificação no uso, nos aproveitamentos das superfícies, mudança na propriedade das terras, transmissão do direito de propriedade a pessoa distinta e mudança de unidade produtiva, passando de uma exploração a outra. Destes três tipos de mobilidade o que nos interessa em relação aos solos é o da modificação no uso

Um primeiro aspecto a ter em atenção é a transferência de terras para usos urbanos, incluindo aqui todas as formas de utilização do espaço relacionadas com os crescimentos urbano e industrial.

Por esta via dá-se uma diminuição do espaço agrário e por outro lado provoca-se o aumento do preço da terra, pelo aumento efectivo da procura e pela criação de expectativas acrescidas de futuros aumentos de preços.

As mudanças para usos florestais, florestações, interferem por duas vias. Por um lado possibilita que proprietários de terras menos produtivas e/ou os absentistas, reconvertam à floresta as suas terras, algumas antes ao abandono produtivo, na expectativa de futuras receitas de origem produtiva. Origina-se por este motivo uma retracção da oferta para usos agrícolas. Pode também acontecer que as florestações ocorram em terras de melhor capacidade produtiva na medida em que o aumento da produtividade global, ou seja mais valias decorrentes do aumento de preço e rendas anuais, torna a florestação atractiva para os proprietários.

Os Poderes Públicos interferem com maior ou menor intensidade na mobilidade do uso das terras. Dispõem para isso dum corpo de leis e de mecanismos de intervenção que podem aumentar ou refrear a dinâmica dos mercados fundiários.

Um mecanismo utilizado é o que decorre da lei das expropriações, actualmente com aplicações restritas.

As outras disposições legais com interferência na mobilidade das terras são a legislação que enquadra o Ordenamento do Território e a fiscalidade.

O Ordenamento do Território normalmente estabelece as zonas de implementação das diversas actividades económicas, parques industriais, zonas de protecção do ambiente ou da paisagem, zonas de expansão urbana, etc. Limitando assim nas restantes zonas a possibilidade de transferências de terras para usos distintos da agricultura, diminui por isso a componente da procura para usos não agrários e reduz as expectativas de aumentos nos preços das terras induzidos por essa mesma componente.

As transferências de usos agrícolas para usos urbanos no concelho de Beja foram importantes nos anos sessenta com a instalação do aeroporto e com a construção da

barragem do Roxo, parte dos quais ocuparam solos muito produtivos para a agricultura.

Mais recentemente a barragem de Pisões ocupou solos agrícolas da freguesia de Beringel.

Os perímetros urbanos, a base aérea e a barragem do Roxo ocupam em conjunto 2 700 ha, a barragem de Pisão juntamente com as pequenas barragens e charcas, que constam no Plano de Defesa da Floresta contra Incêndios, ocupam uma área de 1 457 ha a que se deve acrescentar a área ocupada pelas rodovia e ferrovia. Sendo a área do concelho de cerca de 114 000ha, então a taxa de urbanização é pequena.

As perspectivas no médio e longo prazo são para uma transferência moderada de solos para usos urbanos, construção do IC 8, infra-estruturas aeroportuárias e expansão urbana.

Do ponto de vista agrícola os solos do concelho são caracterizados pela existência de uma ampla zona (cerca de 36 000 ha, ver carta), que corresponde aos solos D, E e complexos onde predominam esses solos, da carta de capacidade de uso para os cereais, do SROA. Como se pode ver na carta em anexo, esses solos localizam-se fundamentalmente no sul, sudoeste e nordeste do concelho (freguesias de Albernoa, Trindade, Cabeça Gorda e Baleizão). Na análise da produção agrícola serão discutidas as perspectivas de evolução da utilização destes solos.

Nas zonas central, oeste e norte do concelho predominam os solos das classes de uso A, B, C e respectivos complexos. Os solos das classes A, B e complexos onde predominam ocupam cerca de 47 000 ha (ver carta) O solos da classe C e respectivos complexos ocupam cerca de 31 000 ha. Note-se que a estes valores haverá que deduzir as áreas ocupadas com infra-estruturas urbanas. Os solos A e B são mais produtivos para a agricultura, onde têm predominado os sistemas cerealíferos de sequeiro e para onde está previsto que parte significativa deles (cerca de 17 720 ha no sistema do Pedrógão e 2 580 ha no perímetro de Pisão) sejam convertidos ao regadio, beneficiando da água do empreendimento do Alqueva, como será examinado mais em detalhe na análise dos recursos hídricos de superfície e das infra-estruturas hidráulicas.

Evidentemente nem todos esses solos irão beneficiar com o regadio pelo que permanecerão em regime de sequeiro (cerca de 50 000ha), que enfrenta a crise resultante do desligamento das ajudas da PAC. Na análise da produção agrícola serão discutidas as perspectivas que se colocam aos usos desses solos.

Os solos das classes A, B e Ch, e os complexos em que predominam as classes A e B, estão integrados na RAN – Reserva Agrícola Nacional, com usos sujeitos às restrições correspondentes.

Também os solos derivados dos gabros, que se desenvolvem numa faixa que se estende de Beringel até ao Guadiana, passando por Beja, conforme se pode observar na carta em anexo, devem ser sujeitos a restrições de uso, visando com isso a preservação do aquífero a que deram origem.

SÍNTESE DE CARACTERIZAÇÃO:

Os solos dominantes no concelho de Beja podem, muito sinteticamente, agrupar-se em 2 grandes grupos: os solos evoluídos (que integram a RAN) e que ocupam a maior parte das zonas central e setentrional; os solos pouco evoluídos, menos produtivos (de origem xistosa) que se situam mais a sul.

Esta dualidade é traduzida nas expressões barro e terras galegas que o povo utiliza quando se refere às duas regiões, com predomínio de cada tipo de solo.

Na realidade é útil referir a presença significativa de solos de fertilidade intermédia (solos C e alguns complexos em que predominam os C, na carta de capacidade de uso do SROA) que têm possibilidade de utilização um pouco diversa da dos solos derivados de xisto.

REFERENCIAL DE ORDENAMENTO:

Os solos evoluídos – que integram a RAN - e em que está previsto a expansão do regadio, embora em períodos algo desfasados no tempo vão ser objecto de alteração de usos.

Solos xistosos e afins, que ocupam terrenos mais ou menos inclinados em que a agricultura é pouco produtiva, aí o risco de erosão é mais elevado, desaconselhando-se as mobilizações frequentes e profundas. Esses solos manifestam boas aptidões para a silvo - pastorícia, em sistemas de montado

TRACOS MARCANTES DE DESENVOLVIMENTO:

Intensidade de utilização dos solos mais evoluídos, mais produtivos. Estes são também os solos em que ocorreram mais intensa transferência de uso agrícola para infra-estruturas (aeroporto), expansão urbana e rede rodoviária.

Extensividade da utilização dos solos pobres, xistosos, em zona de menor densidade demográfica e portanto menos sujeitos a pressões urbana e da rodovia.

TENDÊNCIAS DETERMINANTES (CONDICIONANTES DA EVOLUÇÃO):

As grandes condicionantes da evolução da utilização dos solos mais produtivos – RAN – são: a conversão ao regadio, aconselhando-se medidas adequadas de utilização, incluídas no Código das Boas Práticas Agrícolas.

A persistência das ajudas incluídas nas medidas Agro-ambientais.

O dinamismo dos centros urbanos e respectivas acessibilidades.

Nos solos mais pobres a evolução será determinada pelo balanço entre abandono da agricultura e utilização em sistemas silvo pastoris ou agro-pecuários, que produzindo menos fazem realçar mais a qualidade dos produtos obtidos.

DEBILIDADES OU BLOQUEIOS (PONTOS FRACOS E AMEAÇAS):

Os solos mais produtivos foram submetidos a uso intensivo pela cultura do trigo, com recurso, de forma algo exagerada, a adubos e outros produtos químicos que levou à contaminação dos recursos hídricos e à degradação de alguns solos.

A pressão urbana (construção e infra-estruturas) vai continuar.

Os solos das chamadas terras galegas foram sujeitos à cultura cerealífera, com risco de erosão e degradação do coberto arbóreo dos montados. Nestes solos são de aconselhar tecnologias de mobilização menos intensas e menos frequentes ou recurso a práticas de não mobilização ou mobilização mínima.

Ausência de uma estratégia de utilização dos solos de forma sustentável e com a perspectiva de aproveitamento racional de recursos naturais escassos, em função dos interesses nacionais e locais.

POTENCIALIDADES (PONTOS FORTES E OPORTUNIDADES):

Elevada potencialidade dos solos evoluídos para a reconversão ao regadio.

Potencialidade elevada dos solos marginais, mais pobres em nutrientes e menos estruturados, para produzir em extensivo produtos de alta qualidade.

PERSPECTIVAS (QUADRO EXPECTÁVEL DE EVOLUÇÃO):

Início da transformação do sequeiro em regadio, estava previsto acelerar o processo em 2007, antecipando-se o fim para antes de 2025, como previsto.

Continuação dos sistemas extensivos de sequeiro nos solos intermédios, não incluídos no regadio, encontrando suporte nas ajudas agro-ambientais.

Utilização extensiva dos solos das terras galegas.

Abandono e em alguns casos florestação dos solos menos evoluídos.

Alteração moderada de uso agrícola para uso urbano e para infra-estruturas viárias, com maior incidência nos solos mais produtivos.

1.2. Recursos hídricos de superfície

O concelho de Beja é relativamente pobre em recursos de água de superfície, ou seja, são reduzidas as disponibilidades de água imediatamente utilizáveis.

O Guadiana e o Cobres são os únicos cursos de água que, tirando anos excepcionais, têm regime permanente. Existem algumas ribeiras como a de Odearce, da Figueira, da Cardeira, de Quintos, da Lapa, dos Louriçais, de Terges e da Chaminé que deixam de correr no Verão, têm regime torrencial, necessitando de correcções e de fixação das margens. No entanto o seu aproveitamento com pequenas barragens e charcas tem permitido o incremento de pequenas áreas de regadio, fonte de diversificação e de aumento da produção agrícola e pecuária.

No quadro1 podemos comprovar a importância da rede de pequenas barragens e charcas

já existentes em 1999.

A área irrigável com origem nos recursos hídricos de superfície era de 9 382 ha, distribuídos por 382 explorações.

Quadro 1 Explorações com rega e drenagem

Tipo	nº Explor.	Área
c/sup. irrigável	382	9 382
Sistema de rega		
colectivo estatal	1	
colectivo privado	4	
colectivo individual	379	
Origem das águas		
furo, poço, nascente	321	
albufeira (barragem)	34	
charca	44	
curso de água natural	18	
outros	3	
Método de colocação da água no terreno		
sem elevação	28	
com elevação	377	

Fonte: RGA 1999

Existiam 34 barragens e 44 charcas. Era utilizada água directamente de curso natural por 18 explorações, e utilizava-se a água proveniente de 321 furos, poços e nascentes.

Apenas uma exploração utilizava água de um sistema de rega colectivo estatal, concretamente da barragem do Roxo, empreendimento do tipo hidro-agrícola, com menos impacto na componente agrícola, sendo determinante no abastecimento de água para fins urbanos.

A barragem do Roxo alaga terras nos concelhos de Beja e Aljustrel, 1 378 ha, em máxima cheia, com uma capacidade útil de 895 120 m³, no entanto em parte significativa dos anos essa capacidade fica por preencher (ver gráfico, obtido no site www.inag.pt).

Com a implementação das infra-estruturas do empreendimento do Alqueva o concelho de Beja ficará extraordinariamente dotado de recursos hídricos para fins de rega, urbanos e outros.

SÍNTESE DE CARACTERIZAÇÃO:

O concelho de Beja é relativamente pobre em recursos hídricos de superfície. O Guadiana e o Cobres são os únicos cursos de água permanentes.

Existem alguns cursos de água não permanentes que constituem um manancial de água não negligenciável.

Um conjunto apreciável de pequenas barragens e charcas tem sido construído por todo o concelho com aumento significativo da disponibilidade de água para fins agrícolas.

REFERENCIAL DE ORDENAMENTO:

A barragem do Roxo, que irá beneficiar com transferências de água de Alqueva, tornar-se-á num importante reservatório.

As barragens de Pisões (já construída), em Beringel, e São Pedro, na freguesia de Baleizão, irão dotar o concelho de mais 2 importantes reservatórios intermédios, também a beneficiar da água de Alqueva.

TRACOS MARCANTES DE DESENVOLVIMENTO:

A construção da barragem do Roxo constituiu um marco importante no aproveitamento dos recursos hídricos de superfície do concelho, embora a água seja destinada com prioridade ao abastecimento doméstico e urbano.

Para fins agrícolas tem sido notável a capacidade de construir uma rede de pequenas barragens, em linhas de água temporárias, que permitiu desenvolver manchas de regadio na imensidão do sequeiro.

TENDÊNCIAS DETERMINANTES (CONDICIONANTES DA EVOLUÇÃO):

Atrasos já visíveis na concretização da ligação do Roxo ao Alqueva e na construção das barragens intermédias de reforço.

Aproveitamento dos cursos de água concelhios com níveis elevados de armazenagem.

DEBILIDADES OU BLOQUEIOS (PONTOS FRACOS E AMEACAS):

Reduzida expressão dos recursos hídricos de superfície disponíveis no concelho.

Ribeiras com caudais fracos e regime temporário, secos no Verão.

Grande dependência da água de Alqueva

Recursos para aproveitamentos múltiplos da albufeira do Roxo, com a regularização do respectivo caudal.

POTENCIALIDADES (PONTOS FORTES E OPORTUNIDADES):

Disponibilidade de importantes caudais com origem nos sistemas de Alqueva e Pedrógão.

Aumento da capacidade de armazenamento através da construção das barragens de Pisões e S. Pedro.

PERSPECTIVAS (QUADRO EXPECTÁVEL DE EVOLUÇÃO):

Forte acréscimo a médio prazo da disponibilidade de recursos hídricos, com a conclusão da ligação de Alqueva ao Roxo.

Construção da barragem de S. Pedro e disponibilidade de água para irrigar as áreas da parte oriental do concelho, embora só concretizada num horizonte temporal mais alargado (2020).

Regularização dos caudais dos aproveitamentos hidráulicos existentes e projectados, gerando confiança e segurança no âmbito da exploração dos sistemas agrícolas de regadio.

1.3. Infra-estruturas hidráulicas

Sendo os recursos hídricos de superfície pouco abundantes e beneficiando em parte de um perímetro de rega público, Roxo, é natural que o concelho de Beja disponha de uma débil rede de infra estruturas hidráulicas.

Dispõe, como já assinalámos, de uma rede desenvolvida de pequenas barragens, açudes e charcas (quadro 2) espalhadas por todo o território do concelho, mas cuja utilização não implica a construção de redes de transporte de água e de rede primária de rega.

Quadro 2 - Infra-estruturas hidráulicas

Tipo/ utiliz.	Incêndios nº	Rega nº	Rega Área (ha)	Bebedouro nº	Mista nº
Barragens	19	71	9 156,6	76	21
Charcas	4	123	2 045,1	13	5
Açudes	-	19	150	-	2
Total	43	213	11 351,7	89	28

Fonte: Serviços de Beja da CCDRA

Existem ainda mais 6 açudes que se destinam a abastecer barragens ou charcas.

A utilização mista pode ser para incêndio/regagem, regagem/bebedouro ou incêndio/bebedouro.

O perímetro regado pela barragem do Roxo, estando a jusante, beneficia terras do concelho de Aljustrel, apenas uma exploração agrícola bomba a montante água directamente da albufeira. O concelho de Beja beneficia da infra-estrutura para abastecimento de água para fins urbanos.

Em termos de perspectivas já a situação muda radicalmente. Como se pode apreciar nas cartas (retiradas do site www.edia.pt), a parte oriental e central do concelho irá ser beneficiado pelo sub-sistema de Alqueva e a parte ocidental pelo sub-sistema de Pedrógão.

No sistema de Alqueva foi concretizada a construção da barragem de Pisão, e feita a ligação desta à barragem do Alvito, falta fazer a ligação à barragem do Roxo.

Em 2006 iniciaram-se as obras do perímetro do Pisão, com 2 540ha a serem beneficiados com regagem.

No sub-sistema do Pedrógão irá ser construída a barragem de S. Pedro, localizada a nordeste do concelho.

Estando previsto a constituição de 3 circuitos hidráulicos:

- Pedrógão, com vista ao reforço das disponibilidades da albufeira de S. Pedro e que irá beneficiar directamente 4 140ha.

- S. Pedro, que irá beneficiar cerca de 12 910ha, a Este da cidade de Beja, com estação elevatória junto à barragem.
- S. Matias, que irá beneficiar cerca de 4 810 há, localizados entre S. Matias e Beja, a Oeste da cidade. Receberá água directamente da barragem de S. Pedro, através de canal próprio.

O sub-sistema de Pedrógão irá regar 21 860ha, mas o início das obras ainda nem está programado, precisão de conclusão para 2020 a 2025.

SÍNTESE DE CARACTERIZAÇÃO:

Fraco desenvolvimento das infra-estruturas hidráulicas, a única estrutura importante é a barragem do Roxo, prioritariamente destinada a fins domésticos e urbanos e pouca margem para fins agrícolas. A barragem de Pisões tem uma dimensão pequena.

Existência de número apreciável de pequenas barragens e charcas, em cursos de água não permanentes.

Fraco estado de desenvolvimento de infra-estruturas de apoio ao regadio com origem em investimentos públicos.

REFERENCIAL DE ORDENAMENTO:

Com a implementação do EFMA, numa primeira fase, surge a barragem de Pisões, construída perto de Beringel, e redes de canais (rede de transporte) que ligarão o Roxo a Alqueva (tendo conclusão prevista para 2007, mas ainda não foi acabada).

Infra-estruturação (rede de distribuição) das áreas a beneficiar com rega; numa segunda fase, surgirá a barragem de São Pedro, na freguesia de Baleizão, com a respectiva rede de canais e infra-estruturas de apoio à rega (conclusão prevista para depois de 2020).

TRACOS MARCANTES DE DESENVOLVIMENTO:

Atraso na execução das infra-estruturas incluídas no plano do EFMA.

Desenvolvimento muito importante de um conjunto significativo de pequenas barragens e charcas com pequena capacidade de armazenamento, de iniciativa privada.

TENDÊNCIAS DETERMINANTES (CONDICIONANTES DA EVOLUÇÃO):

O rio Guadiana, com estatuto internacional, tem limitações de utilização de acordo com o convénio luso-espanhol.

O regadio, sistema de agricultura intensiva, pouco desejado pela grande agricultura concelhia, pelo menos até há pouco tempo (pouca adesão dos agricultores ao regadio).

Inexistência de tradição em agricultura regada.

DEBILIDADES OU BLOQUEIOS (PONTOS FRACOS E AMEAÇAS):

Poucos recursos hídricos de superfície disponíveis no concelho.

Incertezas quanto ao cumprimento dos prazos previstos para a conclusão das obras incluídas no EFMA, pela EDIA.

Incerteza quanto à qualidade da água proveniente de Alqueva.

POTENCIALIDADES (PONTOS FORTES E OPORTUNIDADES):

Possibilidade do concelho ser dotado, a médio prazo, de importantes infra-estruturas hidráulicas, barragens, equipamentos de bombagem, canais (rede de transporte) e rede de rega (rede de distribuição), que permitirá um grande incremento da área irrigável.

Regularização da capacidade de armazenamento hídrico das actuais infra-estruturas.

PERSPECTIVAS (QUADRO EXPECTÁVEL DE EVOLUÇÃO):

Concretização no curto prazo da construção dos canais de ligação (rede de transporte) do Roxo a Alqueva e da rede secundária de rega.

Forte quebra na construção de pequenas barragens pela iniciativa privada.

Aumento do número de charcas para abeberamento do gado.

Concretização no médio prazo da concretização da barragem de São Pedro e respectiva rede de canais e de rega.

2. RECURSOS HUMANOS E INSTITUIÇÕES

2.1. População activa agrícola

O Alentejo inclui-se, no contexto da União Europeia, nas regiões rurais mais pobres por ter uma densidade populacional inferior a 50 hab./ km², por nele o sector agrário ocupar mais de 11 % dos activos e por ter um PIB /hab. muito inferior a 75 % da média comunitária. Já no contexto regional português o Alentejo posiciona-se nas regiões rurais de baixa densidade populacional, isto é, nas regiões em que a agricultura detem maior peso sócio - económico e a densidade rural é inferior a 30 hab./ km², mais concretamente 14 hab./ km².

Na caracterização social do concelho é constatado o envelhecimento da população, altos níveis de desemprego, peso importante na economia do sector primário e persistência de algum analfabetismo.

Estando feita a caracterização social do concelho de forma aprofundada noutra componente do relatório, compete-nos avançar um pouco mais na abordagem da população activa agrícola, que como se demonstra ainda tem um peso determinante nas freguesias rurais concelhias.

Dispomos de alguma informação, disponível no Recenseamento Geral de Agricultura de 1999; sobre os produtores singulares e respectivas famílias. Não

disposmos de qualquer tipo de informação sobre os trabalhadores assalariados, permanentes e eventuais.

A única informação disponível permite-nos saber que estavam no activo 751 trabalhadores permanentes, a que correspondem 639 UTA (unidades de trabalho agrícola = a 280 dias de trabalho útil), sendo 87 dirigentes e 664 trabalhadores não dirigentes. Correspondem aos trabalhadores permanentes a prestação de 178 920 dias de trabalho.

Os assalariados eventuais contratados pelo produtor equivaliam a 164 UTA, a que correspondem a prestação de 35 820 dias de trabalho

Os assalariados eventuais não contratados pelo produtor equivaliam a 29 UTA, a que correspondem 8 120 dias de trabalho.

É evidente que os sistemas produtivos actuais privilegiam o emprego de mão-de-obra permanente.

O produtor singular

Foram identificados 1130 produtores singulares, dos quais 879 eram produtores autónomos e 251 eram produtores empresários.

Verifica-se pela observação do quadro 3 junto que 14% dos produtores são analfabetos

E 10% só sabem ler e escrever, sem terem qualquer grau de ensino e 8% tinham curso superior.

Quadro 3 - Nível de instrução do produtor singular

Nível	nº	%
Não sabe ler nem escrever	157	14
Sabe ler e escrever	108	10
1º ciclo ensino básico	489	44
2º ciclo ensino básico	92	8
3º ciclo ensino básico	129	11
Secundário agrícola	12	1
Secundário n/ agrícola	50	4

Sup.politécnico agrícola	43	4
Sup. polit. não agrícola	50	4
Total	1130	100

Fonte: RGA 1999

No âmbito da formação profissional agrícola verifica-se (quadro 4) 90% dos produtores apenas tem formação exclusivamente prática e apenas 5 % tem formação profissional completa.

Quadro 4 - Formação profissional do p. singular

Tipo	Nº	%
Excusiva/ prática	1 018	90
Curta duração	2	...
Longa duração	45	4
longa e curta duração	10	1
completa	55	5
Total	1130	100

Fonte: RGA 1999

Quanto ao tempo de actividade efectiva na exploração podemos constatar (quadro 5) que apenas 27 % dos produtores se dedica a tempo completo à exploração e 56 % dedicam menos de metade do tempo de actividade à exploração.

Quadro 5 - Tempo de actividade na exploração

Tipo	Nº	%
Tempo parcial	827	73
0-<25	390	35
25-<50	242	21
50-<75	112	10
75-<100	83	7
Completo	303	27
Total	1130	100

Fonte:RGA1999

População familiar

Foram identificadas 3 261 pessoas integrando os agregados familiares dos produtores singulares.

A nível de instrução podemos verificar (quadro 6) que 15 % são analfabetos e 10 % apenas sabem ler e escrever, sem qualquer grau de ensino. Possuem curso superior 9 % dos familiares do produtor.

Quadro 6- - Nível de instrução da população familiar

Nível	nº	%
Não sabe ler nem escrever	504	15
Sabe ler e escrever	322	10
1º ciclo ensino básico	984	30
2º ciclo ensino básico	385	12
3º ciclo ensino básico	461	14
Secundário agrícola	49	2
Secundário n/ agrícola	254	8
Sup.politécnico agrícola	86	3
Sup. polit. Não agrícola	216	6
Total	3261	100

Fonte: RGA 1999

Quanto à formação profissional constata-se (quadro 7) 49 % dos familiares apenas possuem formação profissional exclusivamente prática e 4 % completa. Note-se que o nível de formação profissional dos familiares é superior à dos próprios produtores, parece que os produtores em vez de ir melhorar a sua formação mandam familiares. Foram identificados 1 427 pessoas sem formação profissional agrícola.

Quadro 7 - Formação profissional da população familiar

Tipo	Nº	%
Excusiva/ prática	1 602	49
Curta duração	7	...
Longa duração	70	2

longa e curta duração	20	1
completa	135	4
Total	3 261	100

Fonte: RGA 1999

Já quanto ao tempo de actividade o que se observa (quadro 8) é que só 10 % da família se ocupa a tempo completo na exploração, enquanto 36 % ocupavam menos de metade do tempo de actividade.

Quadro 8 – Tempo de actividade na exploração da população familiar

Tipo	Nº	%
Tempo parcial	1 469	45
0-<25	775	24
25-<50	402	12
50-<75	156	5
75-<100	127	4
Completo	332	10
Total	3 261	100

Fonte: RGA 1999

Habitacão

Permite-nos o RGA 1999 de dispor de alguma informação relativamente às condições de habitabilidade das casas dos produtores, não dispomos de informação equivalente para as habitacões dos trabalhadores rurais.

Quadro 9 – Habitacão do produtor singular

nº explor.	c/electric.	c/água canaliz.	c/instal.sanitárias	c/electrodomést
Habitacões	com idade	Superior	a 30 anos	
385	382	384	380	381

Habitacões	com idade	Entre	30 e 50 anos	
186	184	183	182	184
Habitacões	com idade	Superior	a 50 anos	
559	554	537	531	543
Total				
1130	1 120	1104	1093	1108

Fonte: RGA 1999

A realidade salta à vista, a grande maioria das habitacões, novas e velhas, possuem condições adequadas de habitabilidade, ou seja, electricidade, água canalizada, instalações sanitárias e possuem electrodomésticos.

Será interessante dispor de idêntica informação sobre os alojamentos dos assalariados.

SÍNTESE DE CARACTERIZAÇÃO:

Num quadro geral de despovoamento e perda de população activa, a população empregada na agricultura em 1999 era composta por 3261 indivíduos da mão-de-obra familiar, 751 da mão-de-obra assalariada permanente, tendo os assalariados indiscriminados prestado dias de trabalho equivalentes a 193 UTA (unidades trabalho agrícola), ou seja, 54 010 dias efectivos de trabalho.

Foram contabilizados 1 130 produtores singulares.

No conjunto composto pelos produtores singulares e mão-de-obra familiar a taxa de analfabetismo atingia, ainda, os 15%.

REFERENCIAL DE ORDENAMENTO:

No concelho de Beja as habitacões dos produtores singulares agrícolas em 1999, em mais de 90%, possuíam electricidade, água canalizada, saneamento básico e dispõem de electrodomésticos. São portanto, indicadores de qualidade de vida muito elevados.

O referencial que deve ser tido em consideração refere-se a novas situações de trabalho imigrante, vindo de países de Leste, que tem vindo a ser contratados e que habitam em montes e nas aldeias. Com o avanço do regadio é bem possível que ocorra o incremento dessa mão-de-obra. Deve portanto ser bem equacionada a respectiva integração nas aldeias. Um 1º aspecto a ter em conta é o de dotar os montes e outras habitações de condições de conforto como o que se verifica na quase totalidade das habitações dos actuais agricultores.

TRACOS MARCANTES DE DESENVOLVIMENTO:

Continuação do despovoamento dos aglomerados rurais.

Predomínio cada vez mais acentuado de idosos e reformados. Rarefacção de população activa e de jovens.

Perda de população activa agrícola, não compensada por ganhos de empregos noutros sectores de actividade.

TENDÊNCIAS DETERMINANTES (CONDICIONANTES DA EVOLUÇÃO):

A agricultura extensiva de sequeiro, mecanizada, pouco intensiva na utilização de mão-de-obra, levou ao despovoamento dos campos.

O fraco desenvolvimento das forças produtivas na indústria e nos serviços levou ao abandono das freguesias rurais.

A introdução do regadio e de outras actividades ligadas ao Alqueva podem vir a inverter a actual situação.

DEBILIDADES OU BLOQUEIOS (PONTOS FRACOS E AMEACAS):

A já pouca disponibilidade de população activa nos meios rurais colocará a necessidade de recorrer a mão-de-obra imigrante, é necessário prever situações indesejáveis como as que se têm verificado na cintura de estufas de Almeria, com confrontos sérios entre a população local e os imigrantes.

Programar uma correcta integração dos imigrantes é a melhor forma de actuar.

Ausência de uma estratégia de desenvolvimento que vise um modelo orientado para a fixação de população activa incluindo os quadros técnicos.

POTENCIALIDADES (PONTOS FORTES E OPORTUNIDADES):

A implementação do EFMA potenciará a criação de emprego, de um modo geral.

A implementação do regadio, com a intensificação de processos proporcionará a utilização intensiva de mais mão-de-obra que irá, inevitavelmente, contribuir para a criação de mais emprego agrícola e mais qualificado.

A criação de emprego com factor de relevo para a fixação de população e atracção de novos residentes.

Surge assim, a necessidade de mais formação profissional agrícola orientada para as culturas regadas.

PERSPECTIVAS (QUADRO EXPECTÁVEL DE EVOLUÇÃO):

Fortes perspectivas de aumento das necessidades de emprego agrícola, para as novas áreas de regadio.

As perspectivas de criação de mais emprego com a concretização de investimentos nas agro-indústrias e noutras actividades tais como o turismo são mais incertas.

A evolução da agricultura nas zonas não incluídas no regadio, sequeiro extensivo e montados, recorrem ao uso pouco intensivo de mão-de-obra.

2.2. Associações Socio-económicas e Cooperativas

Foram identificadas 2 cooperativas em todo o concelho de Beja.

A Cooperativa Agrícola de Beringel, criada em 1963, com 650 sócios, a área de influência estende-se pelos concelhos de Beja e Ferreira do Alentejo e tem por actividade a agricultura de sequeiro, em especial o olival e a produção de azeite.

A Cooperativa Agrícola de Beja, com sede em Beja, tem 1972 sócios, foi fundada em 1954, a área de influência estende-se pelos distritos de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Faro e dedica-se ao comércio e retalho em estabelecimentos não especializados.

Em 2008, a cooperativa agrícola de Beja fundiu-se com a cooperativa agrícola de Brinches, ganhando dimensão.

SÍNTESE DE CARACTERIZAÇÃO:

O concelho de Beja, tal como todo o país, caracteriza-se pela debilidade das estruturas cooperativas e associativas de índole sócio-económicas. Estruturas estas que têm pouco peso na economia agrária concelhia.

Cooperativas de transformação (azeite) já antigas e cooperativa de fornecimento de inputs que resultou da reformulação das estruturas do Regime Corporativo.

Surgiram novas formas de associativismo sócio-económico, como resposta aos desafios colocados pelo mercado aos agricultores.

Crédito agrícola cooperativo (caixas de crédito agrícola mútuo) igual ao que vigora em todo o país

REFERENCIAL DE ORDENAMENTO:

A pequena agricultura de regadio, que irá produzir azeite, hortícolas e frutas.

A comercialização e promoção de produtos tradicionais de qualidade, que como norma se destinam a nichos muito próprios de mercado, com características específicas, e que são produzidos em pequena escala. Só a associação dos produtores permitirá agir de forma adequada neste tipo de mercados.

TRACOS MARCANTES DE DESENVOLVIMENTO:

Fraco desenvolvimento do associativismo de carácter sócio-económico e cooperativo.

Predomínio da grande agricultura individual, com menor necessidade de associação tendo em vista ganhar escala.

Crise da pequena e média agricultura, com manifesta incapacidade para, através de formas de cooperação e associação, ganhar dimensão e capacidade de organização e gestão para enfrentar os desafios do mercado que a nova realidade comunitária coloca.

TENDÊNCIAS DETERMINANTES (CONDICIONANTES DA EVOLUÇÃO):

Abandono da pequena e média agricultura de sequeiro.

Surgimento de pequenas e médias explorações viradas para as culturas regadas e em especial para hortícolas, fruteiras, olival e vinha.

Necessidades crescentes de serviços de apoio técnico à decisão e à gestão e comercialização, que só estruturas de associação serão operativas, entre os pequenos e médios agricultores.

Emergência de processos de concentração e de especialização para a obtenção de economias de escala nos âmbitos do abastecimento técnico e material, serviços e escoamento de produtos.

DEBILIDADES OU BLOQUEIOS (PONTOS FRACOS E AMEAÇAS):

Fraco espírito cooperativo entre pequenos e médios agricultores.

Abandono paulatino e enfraquecimento da pequena e média agriculturas.

Inexistência de medidas e acções concretas de desenvolvimento do espírito cooperativo, com demonstração clara das vantagens para o agricultor.

Fraca ou ausente capacidade de empreender e de assumir o risco em parceria.

Ausência de uma estratégia que defina os enquadramentos estruturais mais adequados ao desenvolvimento económico do sector.

POTENCIALIDADES (PONTOS FORTES E OPORTUNIDADES):

Com a implementação do regadio a partir de Alqueva há forte potencial de desenvolvimento do olival, das hortícolas, dos frutos frescos e secos em que os pequenos e médios produtores só com a cooperação e a associação de interesses têm possibilidade de concorrer com êxito no mercado, face às grandes operadores comerciais.

Grande potencial de incremento de produtos da terra em que a qualidade, não a quantidade, são parâmetros determinantes de êxito, pois trabalham para um nicho de mercado muito particular. Para o efeito é muito importante organizar a oferta, podendo o associativismo e o cooperativismo desempenhar um papel de extrema importância.

PERSPECTIVAS (QUADRO EXPECTÁVEL DE EVOLUÇÃO):

Reforço do associativismo virado para o apoio técnico nas vertentes da produção, gestão e comercialização.

Reforço do associativismo na área da comercialização e promoção de produtos com denominação protegida.

Reformulação do quadro das estruturas existentes no sentido da adaptação à nova realidade que emerge com o regadio, já concretizado pela união das 2 cooperativas antes referidas, tendo programado investimento em novo lagar de transformação de azeitona.

2.3. Associações Sócio-profissionais

Foram identificadas 2 associações relacionadas com a agricultura.

A ACOS – Associação de Criadores de Ovinos do Sul -, com sede em Beja, tendo sido criada em 1983, com 1 500 associados, com a área de influência estendendo-se a todo o Baixo Alentejo

A Associação de Agricultores do Baixo Alentejo, com sede em Beja, foi criada em 1976, com 200 associados e cuja área de influência se estende por todo o Baixo Alentejo.

SÍNTESE DE CARACTERIZAÇÃO:

O concelho de Beja caracteriza-se por beneficiar da presença de Associações Sócio-profissionais dinâmicas.

A ACOS que foi criada com o espírito de reivindicação com um pendor corporativista forte, soube criar dinâmicas positivas de diversificação, a título de exemplo destaca-se a OVIBEJA, o maior certame rural que se realiza no Sul do país. Mostra capacidade de adaptação ao passar da fase corporativa para a fase em que aposta no apoio técnico aos associados e na promoção da comercialização de produtos em moldes modernos.

Esteve envolvida também na criação da associação de desenvolvimento local Alentejo XXI, devido à importância que reconhece às parcerias de base local.

REFERENCIAL DE ORDENAMENTO:

A OVIBEJA será referencial obrigatório, pelo nível e dimensão já alcançados e pelos novos desafios que se colocam com a nova fase da PAC – menos ajudas e mais concorrência livre.

Dada a intervenção técnica junto dos associados, a ACOS poderá desempenhar um papel importante na reconversão da agricultura.

O desenvolvimento local e as actividades que se espera venham a ser promovidas, será outro âmbito a assinalar, uma vez que a reforma da PAC vai privilegiar o 2º pilar, domínio onde o movimento associativo terá um espaço de actuação de relevo.

TRACOS MARCANTES DE DESENVOLVIMENTO:

Num 1º tempo as Associações Sócio-profissionais passaram por uma fase corporativista de reivindicação de preços mais altos e subsídios. Nessa fase a ACOS teve o mérito de promover a criação da OVIBEJA e desenvolver áreas técnicas de apoio aos seus associados.

Com a reforma da PAC de 2000 e 2004, as associações, se quiserem continuar a desempenhar papel de relevo, têm que modificar a sua filosofia de actuação, passando de reivindicativa a actuante na promoção da informação, formação e reforço do apoio técnico aos associados.

Foi, entretanto, criada a associação Alentejo XXI, com empenhamento no apoio ao desenvolvimento rural, a partir de intervenções principalmente suportadas pelo Programa de Iniciativa Comunitária Leader +.

TENDÊNCIAS DETERMINANTES (CONDICIONANTES DA EVOLUÇÃO):

A história da política agrícola portuguesa condiciona muito as mentalidades de agricultores e dirigentes associativos.

A agricultura regional tem sido muito dependente da PAC, dos avultados subsídios e ajudas que tem recebido.

A reforma da PAC, com o desligamento das ajudas e o reforço do 2º pilar, vai apostar em especial nas medidas agro-ambientais, na promoção dos produtos de denominação protegida, na componente ambiental e nos recursos naturais endógenos.

DEBILIDADES OU BLOQUEIOS (PONTOS FRACOS E AMEACAS):

A forte dependência histórica da agricultura regional, fortes ajudas, garantia de preços altos e subsídios, etc.

Mentalidade dos produtores e dirigentes que não têm apostado na formação para o mercado e para a inovação.

POTENCIALIDADES (PONTOS FORTES E OPORTUNIDADES):

As oportunidades que a nova PAC coloca.

As necessidades acrescidas de informação e de formação para saber vender em mercado livre alargado.

As necessidades de novo tipo de informação e formação sobre culturas de regadio.

A necessidade de trabalhar de forma totalmente diferente quando se trata de produtos e sistemas diferenciados, uns pela qualidade, os outros mais exigentes pela inclusão da componente ambiental, ex. medidas agro-ambientais.

PERSPECTIVAS (QUADRO EXPECTÁVEL DE EVOLUÇÃO):

Em face da previsão de acréscimo de peso do pilar 2 da PAC (desenvolvimento rural) é de prever o aumento substancial do papel das associações de desenvolvimento local e em concreto da associação Alentejo XXI.

Passada a fase reivindicativa do tipo corporativista, mais e maiores subsídios, a ACOS é de prever venha a dedicar cada vez maior atenção à formação e à assistência técnica dos seus associados, em detrimento da actividade mais “burocrática de preenchimento de formulários”, relacionados com o processo de apoio à obtenção de incentivos financeiros.

3. ESTRUTURA FUNDIÁRIA E ACTIVIDADES PRODUTIVAS

3.1. Estrutura Fundiária

Se de um modo geral o fundiário é uma componente estrutural com implicações directas e indirectas em toda a actividade humana territorializada, e como tal no

desenvolvimento regional/ local, no Alentejo é ainda mais determinante o peso do fundiário pelos efeitos directos na dinâmica do desenvolvimento agrícola e rural.

De facto, não são indiferentes as implicações no desenvolvimento local da existência de estruturas em que predomina a grande propriedade, na posse de determinados grupos sociais que possuem um conjunto de valores que se consubstanciam em determinadas mentalidades, e com dinâmicas fundiárias rígidas, da presença de estruturas com predomínio de pequenas parcelas, na posse de grupos sociais diversificados, em que se pratica uma agricultura familiar ou com mercado fundiário activo.

As características fundamentais da estrutura fundiária, em grande parte do Alentejo, residem nos desequilíbrios resultantes do facto de a maior parte da área estar repartida por prédios rústicos de grande dimensão, estando a respectiva posse concentrada na mão de um número reduzido de proprietários.

No quadro 10 pode-se constatar que em 1958, pelos elementos fornecidos pelo Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica, a estrutura predial do concelho de Beja era caracterizada pela existência de 4 % de prédios com áreas superiores a 100 ha que ocupavam mais de 70 % da área total.

Quadro 10 – Prédios Rústicos

Classe de área	Nº prédios	%	Área (ha)	%
<30	5 565	92	20 262,29	18
30-50	101	2	3 914,45	3
50-100	120	2	8 815,83	8
100-150	72	1	8 856,26	8
150-200	54	1	9 452,45	8
250-300	54	1	13 377,04	12
300-500	50	1	18 361,64	16
500-750	28	...	17 234,79	15
750-1000	7	...	5 970,02	5
1000-2000	6	...	8 050,86	7
>2000	-	-	-	-
Total	6 057	100	114 295,61	100

Fonte: Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica, 1958

Pela tipologia adoptada então pelos Serviços Cadastrais, nessa época os grandes e muito grandes proprietários detinham 67 % da área total, como se comprova no quadro 11.

Quadro 11 – Tipo de proprietário

Tipo	Área (ha)	%
Muito pequeno	2 286	2
Pequeno	21 716	19
Médio	13 716	12
Grande	38 861	34
Muito grande	37 718	33
Total	114 296	100

Fonte: Inquérito Agrícola e Florestal, concelho de Beja, 1950

Legenda: Muito pequeno, até 2 ha nas terras de barro, até 5 ha nas terras galegas

Pequeno, 2-15 ha nos barros, 5-50 nas terras galegas

Médio, 15-25 nos barros, 50-100 nas terras galegas

Grande, 25-150 nos barros, 100-400 nas terras galegas

Muito grande, superior a 150 ha nos barros, superior a 400 ha nas terras galegas

A evolução da estrutura agrária está condicionada pelo efeito cumulativo de três tipos de mecanismos distintos, o mercado da terra, os arrendamentos de propriedades rústicas e as heranças.

Pelo mecanismo das heranças há, como norma, uma tendência para a diminuição da área média por proprietário, e por vezes ocorre mesmo uma divisão de prédios rústicos por mais de um herdeiro. Em sentido oposto actua o movimento de concentração fundiária quando alguém ou algum casal herda terras de mais de um familiar e também pelos casamentos dentro do mesmo grupo social.

No entanto, pelo mecanismo das heranças há uma estabilidade estrutural na distribuição da terra por classes de proprietários.

O outro mecanismo que interfere na evolução da estrutura agrária é o dos arrendamentos rústicos, que não tem qualquer efeito na estrutura da propriedade mas sim na estrutura das explorações agrárias.

Partindo da estrutura fundiária existente em 1958 pela acção conjugada dos mecanismos antes referidos chegamos a 1999 com uma estrutura das unidades produtivas que é a que consta no quadro 12.

Quadro 12 – Explorações que recorrem a subsídios

Classe de SAU	nº explor.	Área	%
0-<1	59	36	...
1-<2	126	173	...
2.-<5	224	701	1
5-<10	170	1220	1
10-<20	140	2008	2
20-<50	146	4927	5
50-<100	101	7271	8
>=100	218	74427	83
Total	1217	90766	100
Sem Sal	33		

Fonte: RGA 1999

Verifica-se que as explorações agrícolas com área superior a 100 ha exploram uma área global equivalente a 83 % da área total.

Isso significa que do ponto de vista da estrutura das unidades produtivas e, relativamente ao panorama nacional, o concelho de Beja está privilegiado, tendo em conta o referencial de competitividade em mercado aberto

No entanto, se temos uma imagem da estrutura das unidades produtivas, desconhecemos a realidade relativa às estruturas prediais e da propriedade pois, de 1958 para cá deram-se alterações nessas estruturas, que podem ter sido mais ou menos profundas. Será de todo o interesse proceder aos levantamentos necessários à clarificação dessas alterações.

3.2. Agricultura

Em 1999 existiam 176 explorações com uma dimensão económica superior a 40 UDE, isto é superior a 48 000 euros anuais (superior a 10 000 contos), e 598 explorações tinham uma dimensão económica inferior a 4 UDE, 4800 euros anuais (inferior a 1000 contos). Existiam 61 explorações com dimensão económica superior a 120 000 euros (24 000 contos).

Quadro 13 – Explorações segundo a classe de dimensão económica

UDE	nº explor.	%
0 a < 2	413	34
2 a < 4	185	15
4 a < 8	154	13
8 a < 16	137	11
16 a < 40	140	12
40 a < 100	115	10
>= a 100	61	5
Total	1205	100

Fonte: RGA 1999

1 UDE = 1200 €

Já em relação à orientação produtiva predominavam as explorações especializadas em cereais, metade do total, às actividades pecuárias dedicavam-se 15 % das unidades, em 7 % predominava a olivicultura, a policultura em 10 %, as culturas agrícolas diversas em 11 % e a vinha, fruticultura e horticultura em apenas 3 % do total.

O que se verifica é, de facto o predomínio muito acentuado das explorações cerealíferas, como se observa do quadro.

Quadro 14 – Explorações segundo a OTE

OTE	nº explor.	%
-----	------------	---

Cereais	605	50
Olivicultura	85	7
Policultura	125	10
Horticultura	17	1
Viticultura	9	1
Fruticultura	21	2
Cul. Agrícolas diversas	138	11
Agric. Geral e herbívoros	42	4
Ovinos/caprinos e Outros	89	7
Herbívoros		
Outros	86	7
Total	1217	100

Fonte. RGA 1999

OTE – orientação técnico-económica, peso relativo das MB padrão das produções na MB padrão total.

Em termos de área podemos constatar no quadro 15, que a terra limpa ocupa uma porção muito grande da área total das explorações agrícolas, segue-se a área com pastagens permanentes.

E muito pouco significativa a área ocupada com culturas permanentes, olival, vinha e fruteiras.

Quadro 15 – Utilização das terras

Tipo	Nº explor.	Área	%
Terra Limpa	1048	64618	66
Culturas sob-coberto matas e florestas.	42	3799	4
Culturas permanentes	630	4311	4
Pastagens permanentes	157	18038	19
Matas e florestas s/ culturas sob-coberto	66	3634	4
Superfície agrícola não Utilizada	80	895	1
Outra superfície	834	2080	2
Superfície agrícola	1184	90766	93

Utilizada			
Superfície Total	1217	97291	100

Fonte: RGA 1999

Sendo a área de terra limpa a mais importante isso significa que a prioridade deve ser dada às culturas temporárias (quadro 16).

Quadro 16 – Principais Culturas Temporárias

Cultura	nº explor.	área	%
Cereais p. grão	880	38 998	66
Leguminosas secas p.grão	45	572	1
Culturas industriais	496	15 162	26
Culturas hortícolas	144	543	1
Culturas forrageiras	141	2 463	4
Prados temporários	18	859	1
Beterraba sacarina	25	318	1
Batata	7	4	...
Flores e ornament.	4	2	...
Outras cult. Tempo.	1
Total	1 031	58 919	100

Fonte: RGA 1999

Predominam largamente os cereais para grão e as culturas industriais, girassol, beterraba e outras, que em conjunto ocupam 92 % da área total de culturas temporárias.

As culturas permanentes ocupam ainda área modesta, mas com forte predomínio do olival, como se observa no quadro 17.

Quadro 17 – Principais Culturas Permanentes

Cultura	Nº explor.	Área	%
Olival	528	3 870	90
Vinha	63	255	6
Citrinos	176	111	3
Frutos frescos	28	8	..
Frutos secos	16	60	1
Viveiros	2	-	..
Total	630	4 311	100

Fonte: RGA 1999

Este quadro sofreu significativa alteração nos últimos anos. Em consequência da dinâmica de alteração de uso do solo provocada pela perspectiva do regadio e devido sobretudo a investimento de espanhóis, na área de olival.

Assim, de acordo com os dados constantes no site da DRAPAL, no concelho de Beja existem um total de 8 923,13 ha de olival, dos quais 5 125, 87 ha são intensivos e os restantes 3 797,43 ha são de olival extensivo. Estando pedido a instalação de mais 1 595,6 ha de olival intensivo.

A vinha também beneficiou de forte acréscimo, sendo de 525 ha a área actualmente ocupada por esta cultura permanente.

A representatividade das fruteiras diminuiu, ocupando na actualidade apenas 40 ha, dos quais 21,5 ha são de citrinos, que sofreram forte retracção.

Um último traço de caracterização que ressalta do quadro 18, é o da mecanização das explorações. De um total de 1207, 1057 utilizam tractor (606 possuem tractor).

Um número significativo das quais possuem semeadores, enfardadeiras e ceifeiras debulhadoras, máquinas próprias de explorações que se especializaram em cereais

Quadro 18 – Máquinas e Equipamentos

Tecnologia	Nº explor.	Nº máquinas
Que utilizam tractores	1057	
Pertencentes à explor.	606	1209
Motocultivadores	43	44
semeadores	333	474
Enfardadeiras	149	162
Ceifeiras debulhadoras	201	240

Fonte: RGA 1999

Perspectiva-se a curto prazo a beneficiação para rega de extensas áreas do concelho. Tendo esse quadro de evolução em devida conta, apresentamos em anexo as cartas de potencial de uma série alargada de culturas de regadio (retiradas do Atlas do Grupo Alqueva Agrícola, no site www.min-agricultura.pt), identificadas como tendo boas perspectivas de êxito em toda a área a beneficiar pelo regadio e em que o concelho de Beja tem áreas significativas incluídas.

SÍNTESE DE CARACTERIZAÇÃO:

O concelho de Beja caracteriza-se pelo predomínio da grande e muito grande propriedade (matriz predial rústica) e das grandes e muito grandes explorações agrícolas (RGA 1989/99) direccionadas para a produção em monocultura de cereais (trigo) e oleaginosas (girassol). Esta orientação produtiva da grande agricultura alentejana encontrou suporte material nos fortes apoios, em forma de subsídios e ajudas, concedidos no âmbito da PAC.

Forte incremento, nos últimos anos, do olival regado. Incremento significativo da área de vinha.

REFERENCIAL DE ORDENAMENTO:

Com a reforma da PAC empreendida em 2004, em que foi estabelecido o desligamento da produção da quase totalidade das ajudas, a situação actual vai experimentar profundas transformações.

Nos melhores solos, incluídos na RAN, que estão contemplados no Plano de rega do Alqueva, a reconversão ao regadio vai ser inevitável.

Nos solos de fraca produtividade, em que predominam os xistos, no sul do concelho, irão desenvolver-se os sistemas agro-pecuários e silvo pastoris (em especial os montados), em que a pecuária extensiva será a mais importante actividade produtiva.

Já nos solos de produtividade intermédia (B, C e respectivos complexos) não incluídos em perímetros de rega, irão prevalecer os sistemas agro-pecuários com apoio nas medidas agro-ambientais (trigo mole e sistemas forrageiros extensivos).

TRAÇOS MARCANTES DE DESENVOLVIMENTO:

Os grandes traços que marcam o desenvolvimento são a constância da cerealicultura de sequeiro fortemente subsidiada.

A recuperação da montanha nos montados de azinho, de há 3 a 4 anos para cá.

A olivicultura intensiva e super-intensiva a crescerem em força, também nos últimos anos.

TENDÊNCIAS DETERMINANTES (CONDICIONANTES DA EVOLUÇÃO):

A forte tradição cerealífera da grande agricultura alentejana, desde finais do século XIX com a Lei da Fome, continuada com a Campanha do Trigo e nas 2 últimas décadas com os subsídios comunitários.

A forte dependência de preços altos garantidos e fortes subsídios significa que os sistemas de monocultura do cereal de sequeiro não tinham sustentabilidade económica.

Com a reforma da PAC dá-se o desligamento das ajudas tornando inviável a continuação da cultura do trigo e girassol, nos moldes em que vinham sendo praticadas.

A concretização do EFMA e o alargamento expressivo das áreas de regadio. Instalação de empresas de capital intensivo, sobretudo oriundas de regiões vizinhas de Espanha, com o objectivo central de explorar economicamente os recursos locais.

DEBILIDADES OU BLOQUEIOS (PONTOS FRACOS E AMEACAS):

A hesitação na concretização da implementação do regadio, que está previsto ocupar extensas áreas de bons solos, mais produtivos, do concelho.

A fraca adesão, ou mesmo aversão do agricultor alentejano ao regadio e em especial da grande agricultura.

Pouca tradição de agricultura intensiva de regadio.

Pouca propensão do agricultor em produzir de acordo com os sinais do mercado. Ausência de uma estratégia que defina os enquadramentos estruturais mais adequados ao desenvolvimento económico do sector.

POTENCIALIDADES (PONTOS FORTES E OPORTUNIDADES):

A grande oportunidade, que é imperativo não perder, está no potencial que representa a transformação do sequeiro em regadio nos solos mais produtivos que ocupam parte significativa da área concelhia.

Também é grande o potencial de produção forrageira de suporte a sistemas agro-pecuários extensivos, usando tecnologias adequadas à conservação de solos e ambiente, em geral.

Emergência de novas actividades, associadas à agricultura e à agro-indústria, possibilitando a diversificação de tecido económico local, caracterizando-se por um reforço de proximidade e de interacção entre os dois sectores.

PERSPECTIVAS (QUADRO EXPECTÁVEL DE EVOLUÇÃO):

É de prever forte incremento do olival intensivo de regadio.

É de prever incremento moderado das culturas hortícolas, fruteiras, forragens e horto-industriais, em resumo das culturas regadas.

É de prever a continuação dos cereais de sequeiro (embora em área mais reduzida) de forma intermitente, oscilando de acordo com a evolução cíclica do preço dos cereais no mercado mundial.

Implementação de alguma pecuária extensiva, aproveitando o nicho dos produtos de qualidade (carne, queijo e fumeiro).

Algum abandono, também não é de excluir, nomeadamente em propriedades de proprietários ausentes ou idosos.

Diversificação do tecido empresarial com a instalação de operadores económicos de capital intensivo.

3.3. Pecuária

A evolução da estrutura e volume dos efectivos pecuários do concelho, assim como do Alentejo em geral, tem sido muito condicionada pelos fortes subsídios concedidos aos produtores no âmbito da PAC.

No quadro 19 constam os efectivos totais e de fêmeas reprodutoras. É bem evidente a forte especialização concelhia na produção ovina e bovina.

O número de vacas de leite era de 258, sendo as restantes vacas de carne.

Quadro 19 – Efectivos pecuários

Tipo	Nº explor.	nº animais	Ovinos tipo	%
Bovinos	79	7116		
Fêmeas reprodutoras	43	4 395	35 160	40,5
Ovinos	273	52 569		
F. reprodutoras	266	43 751	43 751	50,4
Caprinos	73	4 973		
F. reprodutoras	71	4 365	5 108	5,9
Suínos	104	8 274		
F. reprodutoras	49	1 161	2 786	3,3
Equídeos	107	411		
Total			86 805	100

Fonte: RGA 1999

Se compararmos os efectivos que constam no quadro 18 com os efectivos de 1979, antes da adesão à Comunidade verifica-se que:

Deu-se uma retracção de 21% no número de bovinos. O número de ovinos aumentou 44%. O efectivo de caprinos estagnou. Os suínos reduziram para menos de metade, depois de 1999 deu-se a retoma da montanha, pelo que estes valores devem estar muito alterados. As vacas leiteiras sofreram uma retracção de 1594 para 258 cabeças.

O facto de maior realce é, sem dúvida a evolução de uma estrutura diversificada dos efectivos para uma especialização nos ovinos e bovinos de carne, por efeito das ajudas comunitárias.

É pena não dispormos de mais elementos que nos permitissem verificar a evolução do efectivo de ovinos para leite e o crescimento que se tem dado nos suínos de montanha.

SÍNTESE DE CARACTERIZAÇÃO:

No concelho de Beja identificam-se três zonas que se caracterizam por sistemas de produção pecuária distintos.

Na zona de maior potencial agrícola (centro e norte) é pouco significativa a actividade pecuária, devido à falta de pousios, ou seja, a cultura dos cereais e do girassol processa-se normalmente em rotações sem pousio.

Na parte mais meridional, de terras mais pobres e dobradas, com bom coberto de montado, a pecuária é uma actividade importante, criando-se porcos, ovinos caprinos e bovinos, com alguma expressão das raças autóctones.

Na zona de terras de fertilidade intermédia, predominam os sistemas agro-pecuários, sendo dominantes os bovinos e ovinos para carne, que utilizam pousios e restolhos do cereal.

REFERENCIAL DE ORDENAMENTO:

A produção do porco de montanha constitui uma actividade a implementar nos 25 000 ha de montado.

A pastorícia de ovinos e bovinos em sistemas agro-pecuários de sequeiro extensivo, aproveitando as ajudas incluídas nas medidas agro-ambientais de trigo mole, raças autóctones e sistemas forrageiros extensivos.

A possibilidade de produção de ovinos e caprinos para leite/carne, com suporte em forragens de regadio, com boas hipóteses de incremento da produção de queijos e outro tipo de lacticínios.

TRACOS MARCANTES DE DESENVOLVIMENTO:

Aumento dos efectivos concelhios, no período pós adesão, por força dos fortes apoios concedidos pela PAC. Esse aumento foi mais acentuado nas terras com fertilidade média e mais fracas.

Nos barros e terras de produtividade similares o cereal sem pousio só permite o pastoreio nos restolhos de Verão, era costume os rebanhos das terras Galegas deslocarem-se para os barros para aí veranearem.

TENDÊNCIAS DETERMINANTES (CONDICIONANTES DA EVOLUÇÃO):

A evolução da actividade pecuária, em grande parte do concelho, tem sido condicionada pela intensa especialização agrícola na monocultura do trigo e do girassol.

A evolução dos efectivos com aposta nas raças exóticas e cruzados, tem sido condicionada pelos fortes apoios comunitários.

DEBILIDADES OU BLOQUEIOS (PONTOS FRACOS E AMEAÇAS):

Forte dependência dos apoios comunitários, que com a reforma da PAC, estão a caminho de cessar.

Aposta em raças exóticas, menos rústicas que as autóctones.

Pecuária que utiliza factores químicos e biológicos em que a qualidade dos produtos começa a ser questionada.

Pouco desenvolvimento dos ovinos de leite, base para o incremento do queijo de Serpa.

POTENCIALIDADES (PONTOS FORTES E OPORTUNIDADES):

Potencial elevado que representam as raças autóctones, beneficiando de ajudas agro-ambientais.

Potencial de mercado para os caprinos de carne e para os queijos e outros produtos lácteos.

Extensas áreas que não vão ser beneficiadas pelo regadio e com aptidão para a agro-pecuária extensiva.

Área ainda significativa de montado com forte potencial para incrementar a montanhaeira.

Boas potencialidades para incrementar as pastagens e fenos em regadio, para incremento do ovinos e caprinos para leite.

PERSPECTIVAS (QUADRO EXPECTÁVEL DE EVOLUÇÃO):

Com base nas perspectivas colocadas pela reforma da PAC é de prever o incremento dos sistemas agro-pecuários com reforço das raças autóctones, motivado nos apoios concedidos pelas medidas agro-ambientais.

O avanço do regadio faz prever o incremento dos ovinos para leite, mais dúvidas se colocam à exploração de caprinos (a tradição ainda pesa muito).

É de prever o aumento dos efectivos de porco Alentejano e da montanha

3.4. Floresta

Sempre que se procura caracterizar a área de floresta em Portugal deparamo-nos com uma grande dificuldade resultante da inexistência de dados desagregados actualizados a nível dos concelhos e das freguesias.

Nos anos 50 do século passado, aquando do levantamento cadastral foram estimados 30 165 ha de área de azinhal, 1 754 ha de área de sobreiral e 9 ha de eucaliptal, existindo 18 200 pés de sobreiro dispersos (equivalentes a cerca de 300 a 200ha).

Na Carta Agrícola e Florestal de 1902 a área de azinhal era de 21 270 ha, a de sobreiral 81 ha e azinho com sobro era de 659 ha.

Deu-se um acréscimo de 50% nas áreas de montado, em meio século.

Em 1979 as áreas tinham evoluído para 20 000ha de azinho e o sobro tinha aumentado cerca de 3 000ha. O eucalipto tinha aumentado para os 560 ha e o pinhal ocupava uma dezena de ha.

Actualmente a área de montado maduro andarà pelos 25 000 ha, nos anos noventa houve alguma florestação, com apoios comunitários, com sobreiro estreme ou consociado com o pinhal manso, a azinheira não tem expressão. Seria interessante ter dados aproximados das áreas envolvidas nessas florestações.

Concretos são os elementos que constam no quadro 20, referem-se às áreas com matas e florestas em explorações agrícolas, ficam de fora as áreas com florestas em explorações florestais.

Quadro 20 – Floresta nas explorações agrícolas

Tipo	nº explor.	Área	%
Matas e fl. c/ cultur. sob-coberto	42	3 799	4
Matas e fl. c/ pastagens perman.	53	5 056	5
Matas e fl. s/ cultur. sob-coberto	66	3 634	4
Total de matas e florestas		12 489	13
Superfície total	1217	97 291	100

Fonte: RGA 1999

Verifica-se assim que no concelho de Beja 13 % da área das explorações está ocupada com matas e florestas. Reparte-se a área de matas e florestas de forma mais ou menos igual em área de matas com culturas sob-coberto, sem culturas sob-coberto, sendo maior a área de matas e florestas com pastagens permanentes sob-coberto.

SÍNTESE DE CARACTERIZAÇÃO:

Baixa taxa de ocupação do território pela floresta, o que se explica pela grande percentagem de solos férteis.

Na parte sul do concelho persiste uma mancha importante de montado maduro de azinho a algum sobreiro (cerca de 25 000ha), tendo havido alguma regressão nos últimos 50 anos, por diminuição de área e diminuição das densidades.

Nos últimos 10 a 15 anos foram efectuadas algumas florestações com sobreiro consociado com pinheiro manso, ao abrigo das ajudas comunitárias à florestação.

REFERENCIAL DE ORDENAMENTO:

Expressiva vocação florestal do concelho por parte dos terrenos dobrados de xistos e rochas afins no centro e sul, onde a essência natural é o azinho, que encontra rendibilidade económica em sistemas de montado, com exploração do porco em montanha.

Existência de algumas áreas onde a precipitação permite a florestação com sobreiro e onde o pinheiro manso também não vai mal, mas não deixa de ser uma espécie alheia à paisagem regional.

TRACOS MARCANTES DE DESENVOLVIMENTO:

Recuo do montado de azinho, devido ao abandono da montanha nos anos sessenta do século XX.

Pequeno incremento do montado de sobreiro de 2000 para 5000 ha, motivado pelos acréscimos significativos no preço da cortiça.

Algumas experiências com eucalipto e pinheiro, mas felizmente com pouca expressão.

TENDÊNCIAS DETERMINANTES (CONDICIONANTES DA EVOLUÇÃO):

O cultivo dos cereais condicionou de forma muito vincada a evolução das áreas florestais do concelho, em especial após a expansão da moto mecanização agrícola nos anos 50 e 60 do último século.

Com a reforma da PAC e o desligamento das ajudas, os cereais vão perder expressão, ficando áreas significativas disponíveis, com especial vocação florestal, montados de azinho e sobreiro.

O período de maturação dos investimentos em montado, condiciona muito a efectivação dos projectos de florestação.

O mercado, altos preços da cortiça e do porco Alentejano, tem favorecido nos últimos anos a disposição em florestar e manter os montados existentes.

O problema da morte súbita de sobreiros e azinheiras aumenta o risco de investir em novas florestações.

A procura crescente direccionada para os valores e património ambientais, possibilitando o desenvolvimento das áreas florestais.

DEBILIDADES OU BLOQUEIOS (PONTOS FRACOS E AMEACAS):

Inexistência de novas florestações, povoamentos novos, com azinheira, pelo menos há 50 anos. O montado está velho e é insuficiente a produção de bolota.

Decréscimo das densidades do montado maduro, motivado pelo abate de árvores no período áureo da mecanização agrícola.

A morte súbita de árvores que se verifica em muitas zonas e que muitos estudiosos atribuem ao fungo da tinta.

Fraco potencial para a floresta lenhosa de produção.

POTENCIALIDADES (PONTOS FORTES E OPORTUNIDADES):

Existência de condições para a expansão da área de montado, suportada pelas características biofísicas de extensas áreas e pelo incremento da procura de produtos de alta qualidade, tais como as carnes de raças autóctones e em especial do porco Alentejano, que rentabilizam esses sistemas de produção tradicionais.

PERSPECTIVAS (QUADRO EXPECTÁVEL DE EVOLUÇÃO):

Possibilidade de incremento das florestações com sobreiro.

Incremento, desejável do azinho, só possível num cenário de ajudas às florestações dando prioridade à utilização de espécies locais.

Melhoria previsível das condições de condução dos povoamentos existentes, pela necessidade sentida de produzir mais bolota para a montanha.

Inexistência de uma intervenção concertada no plano sanitário prevendo-se a continuação da morte de grande número de árvores motivada pela doença já referida.

4. AGRO – INDÚSTRIA

A agro - indústria localizada no concelho de Beja caracteriza-se pela debilidade e pela tradição.

As agro - indústrias que existem são do tipo tradicional, azeite, vinho, queijos, salsicharia e padaria. São transformadoras de produtos direccionados para o segmento médio a alto do consumo, mas que tem vindo a crescer fortemente.

São fortes as perspectivas de crescimento destes produtos de alta qualidade.

Como podemos comprovar nas cartas (obtidas em Alqueva Agrícola, no site www.min-agricultura.pt), o concelho de Beja inclui regiões demarcadas do Queijo Serpa, de Azeite do Alentejo Interior, de vinho da Vidigueira, de Carne de Porco Alentejano, de Carne de Vaca Mertolenga, de Borrego do Baixo Alentejo.

Sendo forte o potencial, são débeis as existências. Existem dois lagares de azeite, um em Beja com a capacidade de laboração diária de 80 toneladas e que transformou no último ano 1 370 toneladas de azeitona e 973 toneladas no ano anterior.

O outro lagar é o da cooperativa de Beringel, com uma capacidade diária de laboração de 20 toneladas de azeitona, tendo transformado no último ano 400 toneladas e no ano anterior 400 toneladas.

Estas últimas duas unidades agro – industriais são as mais importantes do concelho.

A área de vinha actual no concelho já atinge os 525 ha, duplicando desde o último Recenseamento Geral Agrícola (1999). Existe algumas adegas instaladas. A qualidade do vinho está demonstrada.

Queijarias foram identificadas 4, no quadro 21 constam alguns elementos que permitem a caracterização dessas queijarias.

Quadro 21 – Queijarias

Localização	Nº	Produção	Tipo	Empregados
Penedo Gordo	1	16 000 l/mês	familiar	16
Beja	1	15 000 l/mês	Soc. Limitada	5
Mombeja	1	14 000 l/mês	familiar	4
Sta Clara do Louredo	1	5 500 l/mês	familiar	1
Total	4	50 500 l/mês		26

Fonte. CMB

Estamos em presença de queijarias artesanais, 3 do tipo familiar e 1 sociedade limitada, que empregam no conjunto 26 pessoas e laboram pequenas quantidades de leite.

Foram identificadas 5 salsicharias, no quadro 22 constam alguns elementos que permitem a caracterização sumária dessas salsicharias.

Quadro 22 – Salsicharias

Localização	Nº	Produção	Tipo	Empregados
Beja	1	600 kg/mês	privado	6
Beja	1	8 000 kg/mês	unipessoal	8
Beja	1	400 kg/mês	individual	4
Beja	1	400 kg/mês	familiar	1
Beja	1	600 kg/mês	familiar	1
Total	5	10 000 kg/mês		20

Fonte. CMB

Quatro são pequenas unidades de transformação, com capacidade de produção de 600 kg/mês. São empresas do tipo individual ou familiar que empregam pouca mão-de-obra. A outra unidade já tem uma capacidade de produção de 8 000 kg/mês e emprega 8 pessoas.

O pão de trigo regional já tem um consumo apreciável na região de Lisboa, Setúbal e Algarve. O consumo deve crescer nos próximos anos. Deveria pensar-se na certificação deste tipo de pão, com o fito de evitar a adulteração do produto e assim destruir o

potencial de crescimento que é elevado. A ter em consideração as misturas de farinha, a tecnologia e os fermentos a utilizar, para garantir a genuinidade do produto final.

Foram identificadas 8 padarias, no quadro 23 apresenta-se alguns indicadores que permitem fazer uma caracterização dessas padarias.

Quadro 23 – Padarias

Localização	Nº	Produção	Tipo	Empregados
Beja	1	3500 pães e 5000 papesechos/dia	quotas	80
São Brissos	1	1 000 pães e 2 000 papesechos/dia	familiar	6
Salvada	1	12 pães e 30 papesechos/dia	familiar	1
Beja	1	250 pães/dia	individual	2
Quintos	1	70 pães/dia	individual	1
Quintos	1	205 pães e 35 papesechos/dia	familiar	6
Penedo Gordo	1	200 pães e 200 papesechos/dia	quotas	2
Baleizão	1	200 pães e 100 papesechos/dia	familiar	6
Total	8	5 437 pães e 7 365 papesechos/dia		104

Fonte. CMB

Note-se que a 1ª padaria que consta no quadro tem 6 instalações de venda ao público e emprega 80 pessoas, constituindo uma unidade industrial já com algum relevo e que comprova que este ramo da indústria alimentar tem algum potencial de crescimento no Alentejo.

As padarias existentes no concelho de Beja empregam mais mão-de-obra que a totalidade das outras agro-indústrias concelhias.

Sendo débil a presença das tradicionais, não existem outros tipos de agro-indústrias. No entanto também neste segmento as potencialidades do concelho de Beja serão

imensas, em resultado da conversão ao regadio de extensas áreas a integrar vários perímetros de rega que irão beneficiar da água do Alqueva.

Como se avançou na caracterização da agricultura concelhia são imensas as potencialidades das terras de regadio do concelho para a produção de matérias-primas cujo destino será a transformação, nomeadamente as hortícolas, a azeitona, a uva, as frutas frescas e secas, as horto - industriais e as horto - frutícolas.

SÍNTESE DE CARACTERIZAÇÃO:

Tendo o concelho de Beja um grande potencial agrícola, as indústrias agro-alimentares existentes são relativamente pouco importantes face às reais possibilidades existentes.

As indústrias agro-alimentares que existem no concelho são as que tradicionalmente se encontram em todo o Alentejo: lagares de azeite, adegas vinícolas, salsicharias, queijarias (queijo Serpa e queijo de cabra) e padarias de pão regional.

REFERENCIAL DE ORDENAMENTO:

O regadio a implementar a partir da Barragem de Alqueva vai originar a produção em massa de matérias-primas que serão objecto de transformações, de referir as hortícolas para congelar, as horto-frutícolas e as horto-industriais, os frutos secos e frescos, as uvas e a azeitona para conserva, etc.

Mas o grande referencial será, sem dúvida, o azeite pois o olival intensivo e super-intensivo já estão em grande extensão, estimando-se em 3 000 hectares as novas plantações.

Os produtos transformados do porco Alentejano são referencial a ter em especial atenção, com impactes ao nível da localização das unidades de transformação.

TRACOS MARCANTES DE DESENVOLVIMENTO

As agro-indústrias de produtos tradicionais com qualidade tais como o queijo, o pão tradicional, a salsicharia e o vinho têm mostrado algum dinamismo, embora inferior à procura no mercado e sem aposta séria na exportação.

O azeite tem evidenciado uma perturbadora estagnação, não satisfazendo o mercado interno e de exportação, ambos com forte crescimento, embora seja grande o potencial do concelho e da região.

TENDÊNCIAS DETERMINANTES (CONDICIONANTES DA EVOLUÇÃO):

Aposta limitada em agro-indústrias tradicionais.

Pouca diversificação da oferta (congelados, transformados, etc).

Crise na indústria do tomate enlatado, pouca inovação neste tipo de produto.

Pouca diversificação nas indústrias tradicionais, ex. forte incremento dos enchidos mas ausência de aposta em produção de presuntos que é a peça nobre do porco alentejano, rotulagem e embalagem do azeite, novos produtos lácteos, etc

O aligeiramento da base tecnológica das agro-indústrias, associado à procura de produtos de qualidade determina que a localização das unidades de transformação se situem privilegiadamente nas proximidades da produção da matéria-prima.

DEBILIDADES OU BLOQUEIOS (PONTOS FRACOS E AMEAÇAS):

Espírito empresarial e empreendedor local pouco expressivo e reduzido número de empreendedores.

Reduzida aposta na inovação, nomeadamente nos produtos tradicionais alentejanos, em novos produtos e em formas organizacionais.

Fraco espírito de cooperação, tão necessária para ganhar dimensão e concorrer nos mercados exteriores à região.

Forte possibilidade de parte significativa das matérias-primas serem levadas para transformar fora do concelho e da própria região (azeitona para Espanha).

POTENCIALIDADES (PONTOS FORTES E OPORTUNIDADES):

Produção de matérias-primas em grande escala, provenientes do regadio a implementar. Qualidade que o azeite apresenta, crescimento da procura e condições edafo-climáticas adequadas em grandes manchas de solos do concelho. A recente união entre a cooperativa agrícola de Beja e de Brinches que pretendem investir em novo lagar de azeite pode constituir o começo de uma nova fase de crescimento das agro-indústrias no concelho.

Produtos tradicionais de elevada qualidade: queijo, requeijão, enchido e presunto, pão regional e outros produtos resultantes de uma aposta na diversificação (ex: cabeça de xara, yogurtes de cabra e ovelha, carne de vaca seca, azeites aromatizados, etc).

PERSPECTIVAS (QUADRO EXPECTÁVEL DE EVOLUÇÃO):

Crescimento muito forte nos sectores do azeite, dos congelados e transformados de hortícolas e frutas. Nos sumos e frutos secos as perspectivas são boas, mas com alguma indecisão.

Previsões optimistas em relação aos produtos com origem no porco Alentejano e no pão tradicional.

Previsão de algum crescimento nos produtos derivados do leite de ovelha e cabra, pelo incremento na produção de leite em áreas regadas.

